

- ção de prédios de um só pavimento.
- Artigo 2º** - Nos casos de necessidade de construção ou reconstrução de prédios destruídos ou danificados por calamidades, como incêndios e tempestades<sup>(a)</sup>, permitir-se-á, a critério da Prefeitura, a construção ou reconstrução de prédios de um só pavimento, nas áreas delimitadas pelo artigo anterior.
- § único** - Nos casos de incêndio, em que se instarem inquéritos, aguardar-se-á a apuração das causas e a ciência de responsabilidade criminal do proprietário, para se autorizar a construção ou reconstrução.
- Artigo 3º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os disporções em contrário.

Prefeitura Municipal de Desses, 28 de dezembro de 1948.

(aa) - José Augusto Ribeiro  
- Prefeito Municipal.  
Euclydes Nobile  
- Secretário -

Publicada na Secretaria da Prefeitura, em 28 de dezembro de 1948.

(a) - Euclydes Nobile  
- Secretário -

Lei nº 42, de 19 de Março de 1949  
Desa propriação, judicial ou por via amigavel, de imóveis  
Ex. José Augusto Ribeiro, Prefeito Municipal de  
Desses, usando das atribuições que me são conferidas

por lei.

Faço Saber que a Câmara Municipal decretou e em promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Siam declarados de utilidade pública, ofim de serem adquiridos mediante desapropriação judicial ou por não amigavel, as áreas de terreno abaixo caracterizadas constantes da planta que faz parte integrante desta, necessárias à construção de estradas de rodagem entre Acessos-Fortuna-Cerro:

a) - A área de 7.350 m<sup>2</sup>. (sete mil e trezentos e cinquenta metros quadrados) de terreno, constituída de uma faixa de 15 mts. (quinze metros) de largura por 490 mts. (quatrocentos e noventa metros) de comprimento, que consta pertencer ao Sm. Artur Corrêa, localizada entre os pontos "A" e "B" da planta;

b) - a área de 13.275,00 m<sup>2</sup> (treze mil duzentos e setenta e cinco metros quadrados) de terreno, constituída de uma faixa de terreno, de 15 mts. (quinze metros) de largura por 885 mts. (oitocentos e vinte e cinco metros) de comprimento, que consta pertencer ao Sm. João Franco, localizada entre a ribeira Fortuna e o ponto "C" da planta.

Artigo 2º - Fazendo concordância quanto ao preço e forma de pagamento, far-se-á expropriação

por acordo, uma vez satisfeitos os seguintes  
requisitos:

- a) que o preço não ultrapasse o  
valor fiscado no laudo de avaliação;
- b) que os proprietários ofereçam  
títulos de domínio, com filiação  
intencional e certidões negativas  
de quaisquer onus que recaiam  
sobre os imóveis expropriados.

Artigo 3º - Aos despesas com a execução da presente  
lei correrão por conta de crédito especial a  
ser aberto oportunamente, mediante lei.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de  
sua publicação, revogadas as disposições em  
contrário.

Prefeitura Municipal de Araras, 19 de março de 1.949.

(ass.) - José Augusto Ribeiro  
- Prefeito Municipal.  
Euclydes Nóbile  
- Secretário -

Publicada na Secretaria da Prefeitura, em 19 de março de 1949

(ass.) - Euclydes Nóbile  
- Secretário -

Lei nº 43, de 12 de fevereiro de 1949.

Autoriza aquisição de moto-moveladora

Ex. José Augusto Ribeiro, Prefeito Municipal de  
Araras, usando das atribuições que me são conferidas por  
lei:

Faco saber, que a Câmara Municipal decretou e eu  
promulgo a seguinte lei: